



## RELATÓRIO E CONTAS 2013

**Montepio Investimento, S.A.**

**Sede Social** Rua Júlio Dinis, 157 Apartado 4573 4050-323 Porto

**Capital Social** € 180.000.000 Cons. Reg. Com. do Porto e Pes. Colect. N.º 505 087 286

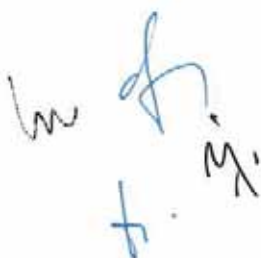
## ÍNDICE

1. Nota Introdutória
2. Órgãos Sociais
3. Mensagem do Presidente
4. Enquadramento Macroeconómico
5. Atividade em 2013
6. Análise financeira
7. Proposta de Aplicação dos Resultados
8. Nota Final
9. Declaração dos Membros do Conselho de Administração
10. Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras
11. Certificação Legal e Relatório de Auditoria
12. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
13. Anexos

Participações dos Membros dos Órgãos de Administração

Participações Qualificadas

Ações Próprias



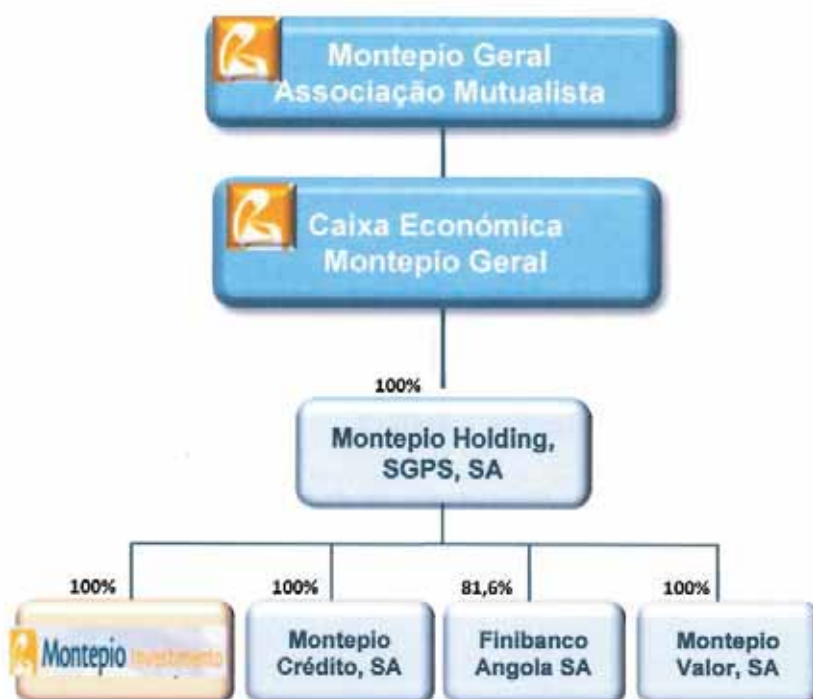
## 1. Nota Introdutória

O Montepio Investimento, S.A. resulta da alteração da denominação do Finibanco, S.A., ocorrida em 12 de Julho de 2013, sendo integralmente detido pelo Montepio Holding, SGPS, S.A. (ex-Finibanco Holding, SGPS, S.A.), entidade totalmente detida pela Caixa Económica Montepio Geral (CEMG).

Esta entidade pertence ao grupo Montepio desde dezembro de 2010, na sequência da aquisição da totalidade do capital do ex-Finibanco Holding, SGPS, S.A. pelo Montepio Geral Associação Mutualista, tendo sido alienado à CEMG em 31 de março de 2011.

Decorrente desta operação, o Montepio Investimento, S.A. (ex-Finibanco, S.A.) trespassou à CEMG os ativos e passivos de banca de retalho, ou seja, as carteiras de crédito a clientes e de depósitos de clientes, passando o seu balanço a ser constituído pelas disponibilidades, pelos ativos financeiros, pelos imóveis, essencialmente resultantes das resoluções de crédito, pelo crédito em contratos de locação financeira (*leasing*), mobiliária e imobiliária, bem como pelos passivos e provisões associados e pelos elementos do ativo imobilizado que suportam a atividade de *leasing*.

Desde 31 de março de 2011, o Montepio Holding, SGPS, S.A. e o Montepio Investimento, S.A. encontra-se integrado no grupo CEMG.



% - percentagem de participação no capital

h  
f  
m  
2  
in

## 2. Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

<b>Presidente</b>	António Joaquim de Matos Pinto Monteiro
<b>Vice-Presidente</b>	Pedro Canastra de Azevedo Maia
<b>Secretário</b>	Mário Paulo Ramos Caetano Pereira

### Conselho de Administração

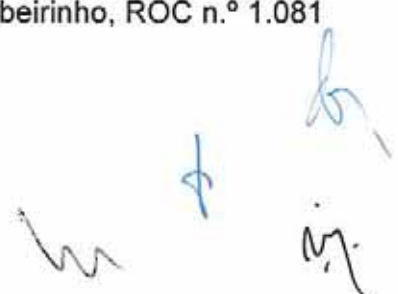
<b>Presidente</b>	António Tomás Correia
<b>Vogais</b>	José Carlos Sequeira Mateus
	Pedro Coelho Pires
	Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro

### Conselho Fiscal

<b>Presidente:</b>	Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Pilar
<b>Vogal Efetivo:</b>	António Monteiro de Magalhães
<b>Vogal Efetivo:</b>	Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
<b>Vogal suplente:</b>	Pedro Miguel Dias Venâncio

### Revisor Oficial de Contas (efetivo)

KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. n.º189  
representado por Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC n.º 1.081





### 3. Mensagem do Presidente

Em 2013, a banca portuguesa enfrentou um ano difícil, profundamente marcado pela crise económica e financeira e pelas dificuldades decorrentes das medidas de austeridade, que têm vindo a ser implementadas desde 2011 no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) ao país, negociado com a *troika*, bem como pelas medidas de desalavancagem e de capitalização exigidas aos 8 principais grupos do setor bancário.

Embora se tivessem registado alguns sinais de viragem de ciclo, na segunda metade do ano, motivados pela dinâmica das exportações e da procura interna, que contribuíram para a desaceleração do ritmo de redução do PIB, que não ultrapassou -1,4% em 2013, menos de metade da quebra registada em 2012 (-3,2%), a redução do rendimento disponível dos últimos anos e os níveis elevados da taxa de desemprego (superiores a 15%), indicam que levará algum tempo até que esses sinais se materializem em impactos favoráveis nas condições financeiras das empresas e das famílias e, daí, no setor financeiro.

A nível dos mercados financeiros também se registaram alguns sinais de melhoria do sentimento dos investidores relativamente aos países periféricos da zona euro, incluindo Portugal, na sequência dos desenvolvimentos de ajustamento orçamental e da melhoria das perspetivas de retoma da atividade económica, evidenciados na descida dos *spreads* dos títulos de dívida pública e privada. No entanto, as taxas Euribor, a que se encontram indexadas a generalidade das operações bancárias, mantiveram-se em mínimos históricos, num quadro de descida da taxa de referência do Banco Central Europeu (BCE) em 50 pontos base ao longo de 2013 (de 0,75% para 0,25%).

Terá, possivelmente, também contribuído para a melhoria das expectativas dos investidores, o conjunto significativo de alterações do quadro regulamentar que ocorreram em 2013, de grande impacto para o sistema bancário, como sejam o acordo alcançado no Conselho Europeu sobre a construção da União Bancária Europeia (UBE) e a publicação do novo pacote de alterações regulatórias relacionadas com os requisitos de capital e prudenciais, conhecido por "Basileia III".

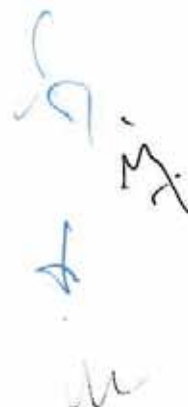
Estas alterações evidenciam a emergência de um novo paradigma no sistema bancário, que combina os desafios dum contexto de riscos e incertezas, com profundas reformas e alterações regulatórias e de supervisão, com alterações tecnológicas contínuas, a determinar ajustamentos dos modelos de negócio e de gestão.

Neste quadro, o Grupo Montepio, após as devidas análises tem vindo a aprofundar a diversificação da sua actividade, do seu balanço e das origens de resultados, numa ótica de transversalidade, a nível dos segmentos de clientes, com foco nas empresas PMEs dos setores mais alinhados com os interesses de reconversão da estrutura produtiva do país, do portfolio de oferta de produtos e serviços, que satisfaça integralmente as necessidades desses segmentos, dos canais de distribuição e dos mercados de penetração.

O ano de 2013 marca o início de um novo ciclo para o Montepio Investimento, com a alteração da sua anterior designação (Finibanco, S.A) e a consequente mudança de imagem, que possibilita uma melhor identificação com a marca, com os valores do grupo Montepio e com o seu modelo de negócio futuro.

No início deste ano já foram dados novos passos na implementação da visão estratégica do Montepio Investimento, com os processos de conceção da arquitetura do modelo de negócio, da sua organização e com a dotação de recursos humanos.

O Montepio Investimento irá proporcionar um alargamento do leque de oferta e serviços complementares à actividade de retalho, destinada satisfazer essencialmente, as necessidades dos segmentos das empresas e institucionais e, desse modo, contribuir para a criação de valor do grupo CEMG, destinado aos Associados do Montepio Geral Associação Mutualista, aos investidores e aos restantes *stakeholders*.

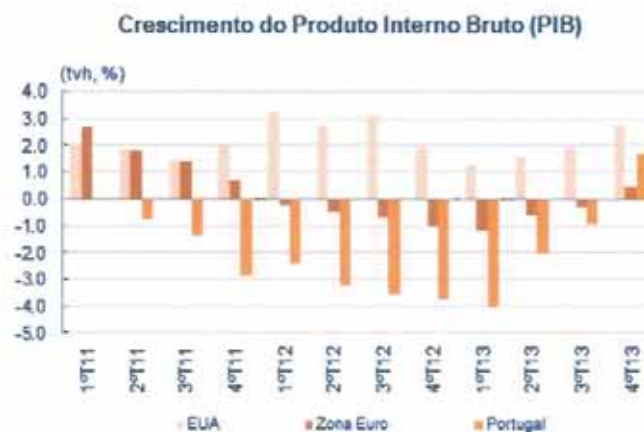




#### 4. Enquadramento Macroeconómico

A conjuntura macroeconómica em 2013 caracterizou-se por um ligeiro abrandamento da economia mundial, que é já o terceiro consecutivo, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a estimar uma expansão de apenas 3,0% (3,1% em 2012). Esta desaceleração do crescimento dos dois últimos anos (+4,5% em 2010/2011) foi provocada pela desalavancagem do setor privado nas economias desenvolvidas, por políticas orçamentais restritivas, pelo impasse na resolução da crise da dívida soberana na Zona Euro, pela incerteza em relação às negociações no Congresso americano para os limites ao endividamento do Estado norte-americano e, também, pelo abrandamento do crescimento de algumas das principais economias emergentes em 2013. Algumas dessas economias emergentes (v.g. Índia, Brasil e Rússia) viram ainda associar ao fraco desempenho económico, elevadas pressões inflacionistas, levando os respetivos bancos centrais a subirem as respetivas taxas de referência (Índia e Brasil) ou adiar a sua descida.

Em Portugal prosseguiu a implementação do PAEF, acordado com a troika do (BCE, FMI e CE - Comissão Europeia), o que implicou a adoção de mais um vasto conjunto de medidas de consolidação orçamental no Orçamento de Estado (OE) para 2013, que representaram um enorme agravamento da carga fiscal, designadamente em sede de IRS, ao qual se juntaram, num orçamento retificativo, cortes na despesa e medidas da reforma do Estado que incidem, sobretudo, sobre os funcionários públicos e os pensionistas. A economia continuou em recessão, a qual se arrastou desde o final de 2010, registando uma quebra anual da atividade de 1,4%, apesar de se ter verificado uma melhoria nos últimos três trimestres de 2013. A taxa de desemprego iniciou uma trajetória descendente em 2013, embora a taxa média anual se tenha fixado em 16,3%, ainda acima da registada em 2012 (15,7%).



6

*[Handwritten signatures and initials]*

As difíceis condições de financiamento da república portuguesa nos últimos anos estenderam-se ao setor bancário, provocando um aumento da poupança forçada das famílias, que se juntou à preponderante poupança por motivos de precaução. Assim, a taxa de poupança ascendeu a mais de 13,0% em média nos 3 primeiros trimestres de 2013. O défice orçamental fixou-se em 4,9% do PIB (considerando o apoio estatal ao setor bancário nacional), abaixo da meta de 5,5% definido com a troika e que compara com os 5,9% inscritos no OE 2014. O PAEF continua, globalmente, a ser executado em linha com o previsto, com a troika a classificar os resultados obtidos até à 10ª avaliação como positivos, com as entidades a reconhecerem sinais adicionais de recuperação económica, sublinhando ainda que o sentimento dos mercados relativamente à dívida soberana portuguesa tem vindo a melhorar e argumentando que isso foi evidenciado pela procura robusta que gerou a operação de troca de dívida realizada no início de dezembro para reduzir as necessidades de financiamento para 2014. Note-se que, já em janeiro de 2014, observou-se uma forte procura numa emissão sindicada a 5 anos e numa emissão de dívida de curto-prazo, sendo que, em fevereiro, observou se uma forte procura numa emissão a 10 anos.

### **Mercados Financeiros**

Os mercados financeiros beneficiaram da melhoria do sentimento por parte dos investidores nas economias avançadas, nomeadamente nos mercados acionistas, por via da continuação do aumento paulatino do otimismo em relação à resolução da crise do euro e da postura expansionista dos principais bancos centrais, com destaque para o corte da taxa de referência do Banco Central Europeu (BCE) num total de 0,5 p.p. (divididos entre maio e novembro) para 0,25%. Nos mercados acionistas registaram-se fortes valorizações nos principais índices das economias avançadas, enquanto as *yields* a 10 anos aumentaram em ambos os lados do Atlântico, sobretudo nos EUA, perante a melhoria do sentimento do mercado.







Na dívida pública dos países periféricos, os *spreads* face às *Bunds* alemãs continuaram a diminuir em 2013. Este movimento refletiu, por um lado, os sinais de comprometimento e até de alguma flexibilidade, dos credores oficiais – que culminaram com o acordo para a criação do Mecanismo Único de Resolução –, e, por outro, os desenvolvimentos dos processos de ajustamento orçamental ao nível de cada país, relativa estabilidade política (apesar das crises em Itália e em Portugal) e com os dados económicos conhecidos na 2ª metade do ano a confirmarem o esperado início da retoma.



h  
ig.

## 5. Atividade em 2013

Em 2013, o Montepio Investimento, SA (Ex- Finibanco, SA) manteve o perfil de atividade do ano anterior, na sequência da operação de aquisição pela CEMG de 100% do capital social do Montepio – Holding, SGPS S.A. e respetivas suas subsidiárias e posterior trespasse das carteiras de retalho.

Decorrente desse trespasse, a atividade do Montepio Investimento manteve-se relacionada com a gestão dos ativos remanescentes, essencialmente referentes aos contratos de locação financeira, mobiliária e imobiliária a empresas e particulares, que, em 2013, corresponderam a um montante bruto de 111,9 milhões de euros (131,7 milhões em 2012). A maioria desses contratos teve origem no segmento empresas, cerca de 81%, e os restantes 19% no segmento de particulares. Em termos de maturidade, destaca-se a expressão das operações com prazo superior a 5 anos, que representam 79% do total.

CRÉDITO A CLIENTES			(milhares de euros)			
Rubricas	2013		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Crédito em Locação Financeira por segmentos</b>	<b>111.945</b>	<b>100%</b>	<b>131.715</b>	<b>100%</b>	<b>-19.770</b>	<b>-15%</b>
- Empresas	90.904	81%	107.373	82%	-16.469	-15%
- Particulares	21.041	19%	24.342	18%	-3.301	-14%
<b>Crédito em Locação Financeira por prazos</b>	<b>111.945</b>	<b>100%</b>	<b>131.715</b>	<b>100%</b>	<b>-19.770</b>	<b>-15%</b>
- Até 5 Anos	8.044	7%	15.862	12%	-7.818	-49%
- A mais de 5 Anos	88.156	79%	102.897	78%	-14.741	-14%
- Outros	15.745	14%	12.956	10%	2.789	22%

Para além das operações financeiras relacionadas com a gestão da liquidez, tanto a nível das disponibilidades como da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, essencialmente unidades de participação, que, em 2013, aumentaram cerca de 42 milhões de euros no seu conjunto, a atividade do Montepio Investimento em 2013 centrou-se também na gestão dos imóveis em balanço.

Os imóveis contabilizados como ativos não correntes detidos para venda, resultantes da resolução de contratos de crédito, por via de dações ou da execução de garantias, por conclusão dos processos judiciais, totalizaram 21 milhões de euros em 2013, em valor bruto, representando uma redução face aos 22 milhões de euros de 2012. Esta redução atesta o trabalho que tem sido empreendido no sentido da alienação desses imóveis, que, em 2013, significou um valor superior a 4 milhões de euros de alienações, valor que superou as entradas em 1,5 milhões de euros.



Em 2013, foram dados passos significativos na concretização de uma nova visão estratégica para o Montepio Investimento, após os devidos estudos de diagnóstico e de planificação.

Foi definido que o Montepio Investimento, SA seria orientado para o desenvolvimento da atividade de banca de investimento, no sentido de completar o leque de oferta do grupo Montepio dirigida aos segmentos das empresas, para concretizar a estratégia de diversificação transversal da atividade, dos mercados e das origens de proveitos.

A partir de julho de 2013, com a alteração da designação de Finibanco, SA para Montepio Investimento, SA, a instituição passou a identificar-se claramente com o grupo Montepio e com a área de negócio em que irá operar. No início de 2014, deu-se arranque a uma nova fase do Montepio Investimento, como entidade do grupo orientada para os segmentos de empresas corporate e instituições, estando em curso a preparação de um novo modelo organizacional de negócio,

Em termos de produtos, o Montepio Investimento, SA o objetivo prioritário será materializado em instrumentos de banca de investimento chave para o segmento de PME's (Fusões & Aquisições/M&A e *Corporate Finance*), bem como produtos de Mercado de Capitais e Dívida, *Venture Capital* e *Private Equity*. Por outro lado, procurará dar apoio no desenvolvimento e dinamização de produtos de Banca de Empresas com menor penetração atual na base de clientes da CEMG (em particular Trade Finance e Gestão de Risco).





## 6. Análise financeira

Em 2013, o ativo líquido do Montepio Investimento, S.A. situou-se em 221,4 milhões de euros, representando “o crédito a clientes” e os “ativos financeiros disponíveis para venda” 43,7% e 40,5% deste total, respetivamente.

	(milhares de euros)			
	2013 Valor	2012 Valor	Variação	
			Valor	%
<b>Ativo líquido</b>				
Disponibilidades	6.409	11.749	-5.340	-45,5
Crédito a clientes	98.767	117.806	-21.039	-17,9
Ativos financeiros disponíveis para venda	89.626	42.501	47.125	>100
Ativos não correntes devedores para venda	17.712	18.135	-423	-2,3
Ativos por impostos	6.541	4.779	1.762	36,9
Outros ativos	4.363	184	4.179	>100
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>221.418</b>	<b>195.154</b>	<b>26.264</b>	<b>13,5</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	410	0	410	100,0
Responsabilidades representadas por títulos	50.424	25.060	25.364	>100
Provisões	1.441	1.090	351	32,2
Outros passivos	12.103	4.137	7.966	>100
<b>Total do ativo passivo</b>	<b>64.378</b>	<b>30.287</b>	<b>34.091</b>	<b>&gt;100</b>
<b>Capitais próprios</b>				
Capital	180.000	180.000	0	0,0
Reservas e resultados transitados	-18.003	-23.208	5.205	-22,4
Resultado do exercício	-4.957	8.075	-13.032	<-100
<b>Total dos capitais próprios ativo passivo</b>	<b>157.040</b>	<b>164.867</b>	<b>-7.827</b>	<b>&lt;-100</b>
<b>Total do passivo e capitais próprios ativo passivo</b>	<b>221.418</b>	<b>195.154</b>	<b>26.264</b>	<b>13,5</b>

O “crédito a clientes (bruto)” composto, à data, exclusivamente por operações de *leasing* mobiliário e imobiliário, era de 111,9 milhões de euros, tendo apresentado um decréscimo de 19,8 milhões de euros (-15,0%), uma vez que se trata de uma carteira em amortização.

Contribuindo para aumentar o perfil de liquidez do balanço, os “ativos financeiros disponíveis para venda” totalizaram 89,6 milhões de euros, refletindo um crescimento de 47,1 milhões de euros (+110,9%), fruto da subscrição de unidades de participação em fundos de capital de risco.

*Handwritten signature and initials*

Os ativos não correntes detidos para venda (líquido de imparidade), associados a imóveis adquiridos por reembolso de crédito próprio, situaram-se em 17,7 milhões de euros.

O financiamento da atividade continuou a ser sustentado pelas emissões de papel comercial, que registaram um crescimento de 25 milhões de euros, em consonância com o aumento do ativo.

Os capitais próprios situam-se em 157 milhões de euros, mantendo-se o capital social (180 milhões de euros) que existia à data da operação de trespasse das carteiras de retalho, de crédito e depósitos.

	(milhares de euros)			
	2013 Valor	2012 Valor	Variação	
			Valor	%
<b>Margem Financeira</b>	<b>3.815</b>	<b>7.598</b>	<b>-3.783</b>	<b>-49,8</b>
Comissões Líquidas de Serviços a Clientes	-3	-4	1	-25,0
<b>Produto Bancário Comercial</b>	<b>3.812</b>	<b>7.594</b>	<b>-3.782</b>	<b>-49,8</b>
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-1.679	0	-1.679	100,0
Resultados de alienação de outros ativos	-1.717	-1.433	-284	-19,8
Outros Resultados	162	1.519	-1.357	-89,3
<b>Produto Bancário</b>	<b>578</b>	<b>7.680</b>	<b>-7.102</b>	<b>-92,5</b>
Gastos com Pessoal	77	82	-5	-6,1
Gastos Gerais Administrativos	747	1.033	-286	-27,7
Amortizações	0	0	0	0,0
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>824</b>	<b>1.115</b>	<b>-291</b>	<b>-26,1</b>
<b>Resultado Bruto</b>	<b>-246</b>	<b>6.565</b>	<b>-6.811</b>	<b>&lt;-100</b>
<b>Provisões e Imparidades Líquidas</b>	<b>3.730</b>	<b>-2.698</b>	<b>6.428</b>	<b>&lt;-100</b>
Crédito	1.311	4.140	-2.829	-88,3
Títulos	2.173	0	2.173	100,0
Outras	246	-6.838	7.084	<-100
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>-3.976</b>	<b>9.263</b>	<b>-13.239</b>	<b>&lt;-100</b>
<b>Impostos</b>	<b>981</b>	<b>1.188</b>	<b>-207</b>	<b>-17,4</b>
Correntes	1.534	418	1.116	>100
Diferidos	-553	770	-1.323	<-100
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>-4.957</b>	<b>8.075</b>	<b>-13.032</b>	<b>&lt;-100</b>

O produto bancário do Montepio Investimento fez o montante de 0,6 milhões de euros em 2013, evidenciando uma redução homóloga de 7,1 milhões de euros.

*Handwritten signature and initials*  
12


A margem financeira foi de 3,8 milhões de euros, que compara com 7,6 milhões de euros no período homólogo, refletindo o decréscimo proveniente da redução da carteira de crédito.

Os "resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" foram negativos em 1,7 milhões de euros, assim como os "resultados de alienação de outros ativos" também de igual montante, de -1,7 milhões de euros (-1,4 milhões de euros em 2012).

As provisões do exercício ascenderam a 3,7 milhões de euros, dos quais 1,3 milhões de euros relativos à carteira de crédito e 2,2 milhões de euros à carteira de títulos.

O resultado líquido do Montepio Investimento, em 2013, foi negativo em 4,957 milhões de euros.

Em termos prudenciais, o Montepio Investimento, SA mantém níveis elevados de solvabilidade, traduzidos num rácio Core Tier I de 62,1% e num rácio de solvabilidade de 60,7%.





## 7. Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe-se que o resultado do exercício de 2013 do Montepio Investimento, S.A. de -4.957.202,57 euros seja levado a resultados transitados.

## 8. Nota final

A concluir o presente Relatório, queremos salientar a postura de diálogo e de cooperação, que nos cumpre agradecer, sempre evidenciada pelas diversas entidades e autoridades com que o Montepio Investimento se relaciona, particularmente pelas autoridades monetárias e financeiras.

Queremos, ainda expressar os nossos agradecimentos aos restantes Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, pela colaboração nunca regateada, bem como ao Revisor Oficial de Contas, KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo apoio que nos disponibilizaram.



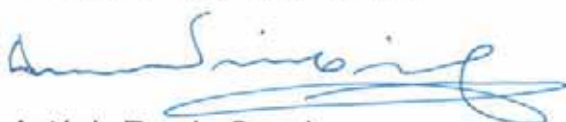
## 9. Declaração dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Montepio Investimento, S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2013, expõem fielmente a evolução da atividade, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados do Montepio Investimento, S.A..

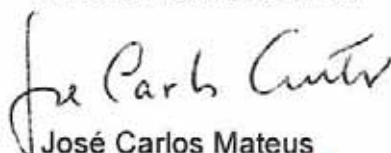
Mais declara ainda que este relatório e contas expõe fielmente a evolução da atividade, o desempenho e a posição económico-financeira do Montepio Investimento, S.A., bem como os principais riscos e incertezas com que se defronta.

Porto, 26 de março de 2014

O Conselho de Administração



António Tomás Correia



José Carlos Mateus



Pedro Coelho Pires



Pedro Almeida Ribeiro

**Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras**

lw  
t  
sh  
y



# Montepio Investimento, S.A.

## Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares	3	4 705	10 110
Juros e encargos similares	3	890	2 512
Margem financeira		3 815	7 598
Rendimentos de serviços e comissões	4	-	2
Encargos com serviços e comissões	4	( 3)	( 6)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	( 1 679)	-
Resultados de alienação de outros activos	6	( 1 717)	( 1 433)
Outros resultados de exploração	7	162	1 519
Total de proveitos operacionais		578	7 680
Custos com pessoal	8	77	82
Gastos gerais administrativos	9	747	1 033
Total de custos operacionais		824	1 115
Imparidade de crédito	10	1 311	4 140
Imparidade de outros activos financeiros	11	2 173	-
Imparidade de outros activos	12	( 105)	( 4 697)
Outras provisões	13	351	( 2 141)
Resultado operacional		( 3 976)	9 263
Impostos			
Correntes	18	1 534	418
Diferidos	18	( 553)	770
Resultado liquido do exercicio		( 4 957)	8 075

O Técnico Oficial de Contas

*Luis Ambrós*

O Conselho de Administração

*Jose Carlos Cunha*  
*João Joaquim Ribeiro*

## Montepio Investimento, S.A.

Demonstração Individual do Rendimento Integral  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	2013	2012
<b>Items que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</b>			
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	26	(4 081)	(1 408)
Impostos diferidos	18	1 211	428
<b>Outro rendimento integral do exercício depois de impostos</b>		<b>(2 870)</b>	<b>( 980)</b>
Resultado líquido do exercício		(4 957)	8 075
<b>Total de rendimento integral do exercício</b>		<b>(7 827)</b>	<b>7 095</b>



# Montepio Investimento, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2013	2012
<b>Activo</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	6 409	11 749
Activos financeiros disponíveis para venda	15	89 626	42 501
Crédito a clientes	16	96 767	117 806
Activos não correntes detidos para venda	17	17 712	18 135
Activos por impostos correntes	18	-	2
Activos por impostos diferidos	18	6 541	4 777
Outros activos	19	4 363	184
Total do Activo		<u>221 418</u>	<u>195 154</u>
<b>Passivo</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	20	410	-
Responsabilidades representadas por títulos	21	50 424	25 060
Provisões	22	1 441	1 090
Outros passivos	23	12 103	4 137
Total do Passivo		<u>64 378</u>	<u>30 287</u>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	24	180 000	180 000
Reservas de reavaliação	26	( 3 915)	( 1 045)
Outras reservas e resultados transitados	25 e 26	( 14 088)	( 22 163)
Resultado líquido do exercício		( 4 957)	8 075
Total dos capitais próprios		<u>157 040</u>	<u>164 867</u>
		<u>221 418</u>	<u>195 154</u>

O Técnico Oficial de Contas

*Luis Andrade*

O Conselho de Administração

*Américo*  
*Rafael José*  
*João*  
*João*



## Montepio Investimento, S.A.

Mapa das alterações dos Capitais Próprios Individuais  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de reavaliação legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	157 772	180 000	5 365	(66)	1	24 599	(76 547)	24 420
Alterações de justo valor (nota 26)	(1 408)	-	-	(1 408)	-	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 18)	428	-	-	428	-	-	-	-
Resultado do exercício	8 075	-	-	-	-	-	-	8 075
<b>Constituição de reservas</b>								
Reserva legal (nota 26)	-	-	2 442	-	-	-	-	(2 442)
Outras reservas (nota 26)	-	-	-	-	-	-	21 978	(21 978)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	164 867	180 000	7 807	(1 046)	1	24 599	(54 569)	8 075
<b>Outros movimentos registados directamente na situação líquida:</b>								
Alterações de justo valor (nota 26)	(4 081)	-	-	(4 081)	-	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 18)	1 211	-	-	1 211	-	-	-	-
Resultado do exercício	(4 957)	-	-	-	-	-	-	(4 957)
<b>Constituição de reservas</b>								
Reserva legal (nota 26)	-	-	807	-	-	-	-	(807)
Outras reservas (nota 26)	-	-	-	-	-	-	7 268	(7 268)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	157 040	180 000	8 614	(3 916)	1	24 599	(47 301)	(4 957)

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

# Montepio Investimento, S.A.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2013	2012
<b><i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i></b>		
Juros recebidos	4 705	10 110
Comissões recebidas	-	2
Pagamento de juros	( 890)	( 2 512)
Pagamento de comissões	( 3)	( 6)
Despesas com pessoal e fornecedores	8 012	( 1 115)
Outros pagamentos e recebimentos	( 5 149)	391
	<u>6 675</u>	<u>6 870</u>
<b><i>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais</i></b>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	19 727	23 493
Outros activos	( 3 651)	6 159
	<u>16 076</u>	<u>29 652</u>
<b><i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i></b>		
Recursos para com instituições de crédito	410	( 39 222)
	<u>410</u>	<u>( 39 222)</u>
	<u>23 161</u>	<u>( 2 700)</u>
<b><i>Fluxos de caixa das actividades de investimento</i></b>		
(Compra) / venda de activos financeiros disponíveis para venda	( 53 378)	( 2 079)
	<u>( 53 378)</u>	<u>( 2 079)</u>
<b><i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</i></b>		
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	55 000	75 000
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	( 30 000)	( 50 000)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	( 123)	( 8 472)
	<u>24 877</u>	<u>16 528</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	( 5 340)	11 749
Caixa e equivalentes no início do período		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11 749	-
Caixa e equivalentes no fim do exercício (Nota 14)	<u>6 409</u>	<u>11 749</u>

# Montepio Investimento, S.A.

## Notas às Demonstrações Financeiras Individuais 31 de Dezembro de 2013

### 1 Políticas contabilísticas

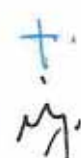


#### a) Bases de apresentação

O Montepio Investimento, S.A. (adiante designado “Montepio Investimento” e anteriormente denominado Finibanco, S.A.) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída por escritura pública outorgada em 28 de Junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, actualmente com o capital social de Euros 180.000.000 representada por 180.000.000 acções nominativas, tituladas, e cujo objecto social é a realização de todas as operações permitidas aos bancos.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”), procedeu à aquisição de 100% do capital do Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. (anteriormente denominado Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.) accionista único do Montepio Investimento, através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida no Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, o Montepio Investimento alienou à CEMG um conjunto de activos e passivos (excluindo os imóveis propriedade do Montepio Investimento e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Montepio Investimento é locador financeiro, bem como todos os passivos e provisões associadas, e os elementos do activo imobilizado que suportam materialmente a actividade de locação financeira). Em 12 de Julho de 2013, o Finibanco, S.A. alterou a sua designação para Montepio Investimento, S.A..

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Montepio Investimento são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”). As NCA’s incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Montepio Investimento em 26 de março de 2014. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.





Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respectiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Montepio Investimento para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

O Montepio Investimento adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2013, à data da apresentação de contas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ("disposal groups") são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo CEMG, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, com excepção do que respeita à adopção das seguintes normas e alterações às normas:

*- IFRS 13 Fair value measurement*

A IFRS 13 proporciona uma fonte de orientação acerca da mensuração do justo valor e substituindo disposições que se encontravam dispersas em várias IFRS. A Norma define justo valor como o preço pelo qual uma transacção ordenada de venda de um activo ou de transferência de um passivo seria concretizada entre participantes de mercado na data da mensuração. A norma foi aplicada prospectivamente pelo Montepio Investimento, não tendo a sua aplicação impactos significativos na mensuração dos seus activos e passivos.

*- IAS 1 Presentation of Financial Statements - Presentation of items of other comprehensive income*

As alterações à IAS 1 apenas tiveram impacto na apresentação da Demonstração do Rendimento Integral, que passou a apresentar a separação entre os itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados e os itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados. A informação comparativa foi igualmente modificada.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados política contabilística descrita na nota 30).



## b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Montepio Investimento para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Montepio Investimento expiram; ou (ii) o Montepio Investimento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

### *Imparidade*

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Investimento aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Montepio Investimento nos exercícios anteriores, como segue:

### *Provisão específica para crédito concedido*

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Montepio Investimento tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

### *Provisão para riscos gerais de crédito*

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

### *Provisão para risco país*

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

h  
h t.  
Mj.

*Anulação contabilística de créditos ("write-offs")*

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, e desde que de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal a classe de mora associada ao incumprimento determine uma provisão de 100%, pela utilização de perdas de imparidade.

**c) Instrumentos financeiros**

*(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

**1) Activos financeiros disponíveis para venda**

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Montepio Investimento, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

**2) Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

*hix +*  
*W*



*(ii) Imparidade*

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Montepio Investimento, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

**d) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação**

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

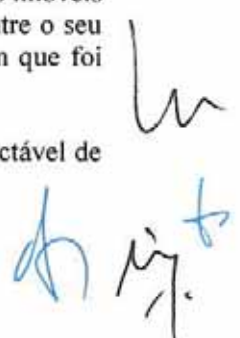
O Montepio Investimento também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Montepio Investimento classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Montepio Investimento.



A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

#### **e) Locação financeira**

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

#### **f) Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Montepio Investimento procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.



**g) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões**

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

**h) Resultados de operações financeiras (Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)**

O Resultado de operações financeiras reflecte as mais ou menos-valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda.

**i) Outros activos tangíveis**

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Montepio Investimento. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

**j) Activos intangíveis**

*Software*

O Montepio Investimento regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Montepio Investimento não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

*Outros activos intangíveis*

O valor recuperável dos activos intangíveis sem vida útil finita registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

**k) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

**l) Offsetting**

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Montepio Investimento tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

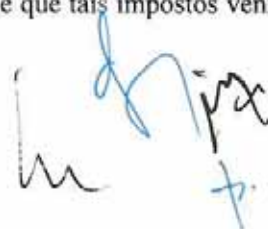
**m) Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

**n) Impostos sobre lucros**

O Montepio Investimento está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("CIRC"). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.





Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Montepio Investimento procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

#### **o) Relato por segmentos**

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitas a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Montepio Investimento que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. Desta forma, tendo em conta a actividade do Montepio Investimento, não se considera relevante apresentar o reporte por segmentos de negócio.

Substancialmente a actividade do Montepio Investimento desenvolve-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

#### **p) Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Montepio Investimento tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

#### q) **Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas**

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Montepio Investimento são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Montepio Investimento e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Montepio Investimento poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Montepio Investimento e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

##### *Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda*

O Montepio Investimento determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Montepio Investimento avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas do Montepio Investimento, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

##### *Perdas por imparidade em créditos a clientes*

O Montepio Investimento efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.



Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

#### *Impostos sobre os lucros*

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Montepio Investimento durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

## 2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados de activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3 e 5. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Margem financeira	3 815	7 598
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	( 1 679)	-
	<u>2 136</u>	<u>7 598</u>

## 3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para a venda
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de crédito	4 698	6 342
Juros de depósitos	7	3 768
	<u>4 705</u>	<u>10 110</u>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de títulos emitidos	890	1 075
Juros de empréstimos	-	1 437
	<u>890</u>	<u>2 512</u>
<b>Margem Financeira</b>	<u>3 815</u>	<u>7 598</u>

## 4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

		(milhares de Euros)	
		2013	2012
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>			
Outros rendimentos de serviços e comissões	-	2	
	-	2	
<b>Encargos com serviços e comissões</b>			
Por serviços bancários prestados por terceiros	2	6	
Outros encargos com serviços e comissões	1	-	
	3	6	
Resultados líquidos de serviços e comissões	( 3 )	( 4 )	

## 5 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

		(milhares de Euros)					
		2013			2012		
		Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Título de rendimento variável							
Unidades de participação							
Nacionais		2	1 681	( 1 679 )	-	-	-

A 31 de Dezembro de 2013 os custos com títulos de rendimento variável – Unidades de Participação – Nacionais diz respeito ao resultado obtido com o resgate de 2.023.182 Unidades do fundo CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário (“FEII”).

dh  
lg-  
w +

## 6 Resultados de alienação de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)						
	2013			2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos não financeiros						
Activos não correntes						
detidos para venda	59	1 379	( 1 320)	47	1 772	( 1 725)
Activos em locação financeira	243	640	( 397)	323	31	292
	<u>302</u>	<u>2 019</u>	<u>( 1 717)</u>	<u>370</u>	<u>1 803</u>	<u>( 1 433)</u>

## 7 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)		
	2013	2012
<b>Outros proveitos de exploração</b>		
Prestação de serviços	233	153
Reembolso de despesas	122	228
Outros	163	2 038
	<u>518</u>	<u>2 419</u>
<b>Outros custos de exploração</b>		
Impostos	159	605
Fundo de Garantia de Depósitos	31	127
Sistema de Indemnizações aos Investidores	-	3
Outros	166	165
	<u>356</u>	<u>900</u>
<b>Outros resultados líquidos de exploração</b>	<u>162</u>	<u>1 519</u>

A contribuição específica sobre o sector bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*), dos fundos próprios complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados. A 31 de Dezembro de 2013, o Montepio Investimento reconheceu como custo o valor de Euros 24.000 (2012: Euros 387.000), incluído na rubrica Outros custos de exploração – Impostos.

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Outros custos de exploração – Impostos inclui, igualmente, o montante de Euros 30.000 relativo ao pagamento do Imposto Único de Circulação (“IUC”).



A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Outros custos de exploração – Outros inclui o montante de Euros 70.000 (2012: Euros 214.000) referente a Imposto Municipal sobre Imóveis (“IMI”).

Adicionalmente, a 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Outros custos de exploração – Outros inclui o montante de Euros 2.000 referente a Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (“IMT”).

## 8 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Remunerações	65	69
Encargos sociais obrigatórios	12	13
	<u>77</u>	<u>82</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão (Conselho de Administração) do Montepio Investimento, durante o exercício de 2013 e de 2012, são apresentados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	65	69
	<u>65</u>	<u>69</u>

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Montepio Investimento durante os exercícios de 2013 e 2012, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2013	2012
Direcção e coordenação	2	2
	<u>2</u>	<u>2</u>

*Handwritten signature in blue ink.*

## 9 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Rendas e alugueres	8	-
Serviços especializados		
Trabalho independente	133	79
Informática	29	49
Outros serviços especializados	362	818
Conservação e reparação	52	3
Seguros	51	18
Deslocações, estadias e despesas de representação	7	5
Água, energia e combustíveis	2	5
Publicidade e publicações	1	4
Transportes	-	3
Outros gastos administrativos	102	49
	<u>747</u>	<u>1 033</u>

## 10 Imparidade de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
<b>Crédito a clientes</b>		
Dotação do exercício	6 286	9 794
Reversão do exercício	( 4 975)	( 5 654)
	<u>1 311</u>	<u>4 140</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Investimento aplica nas suas contas as NCAs, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística descrita na nota 1 b).

## 11 Imparidade para outros activos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
<b>Imparidade para outros activos financeiros</b>		
Dotação do exercício	2 173	-
	<u>2 173</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Imparidade para títulos – Dotação do exercício refere-se à imparidade reconhecida para unidades de participação do CA Imobiliário - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto ("FEII").

## 12 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
<b>Imparidade para activos não correntes detidos para venda</b>		
Dotação do exercício	1 063	3 317
Reversão do exercício	( 1 829)	( 8 407)
	<u>( 766)</u>	<u>( 5 090)</u>
<b>Imparidade para outros activos</b>		
Dotação do exercício	661	393
	<u>661</u>	<u>393</u>
	<u>( 105)</u>	<u>( 4 697)</u>

## 13 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

		(milhares de Euros)	
		2013	2012
<b>Provisões para riscos gerais de crédito</b>			
Dotação do exercício		124	125
Reversão do exercício		( 359)	( 366)
		( 235)	( 241)
<b>Provisões para outros riscos e encargos</b>			
Dotação do exercício		586	-
Reversão do exercício		-	(1 900)
		586	(1 900)
		351	(2 141)

## 14 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

		(milhares de Euros)	
		2013	2012
Em instituições de crédito no país			
Caixa Económica Montepio Geral		6 409	11 749

## 15 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

					(milhares de Euros)
					2013
					Reserva de justo valor
	Custos <sup>(1)</sup>	Positiva	Negativa	Perdas por imparidade	Valor de balanço
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Unidades de participação	97 354	-	( 5 555)	( 2 173)	89 626
	97 354	-	( 5 555)	( 2 173)	89 626

<sup>(1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.



(milhares de Euros)

	2012			
	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
	Custos <sup>1)</sup>	Positiva	Negativa	
<b>Títulos de rendimento variável</b>				
Unidades de participação	43 975	-	( 1 474)	-
	43 975	-	( 1 474)	-

<sup>1)</sup> Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na nota 1 c), a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 26. O Montepio Investimento avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 1 q).

Os activos financeiros disponíveis para venda encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estarão categorizados por níveis como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Nível 1	38 283	40 447
Nível 2	49 307	-
Nível 3	2 036	2 054
	89 626	42 501

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Dotação do exercício	2 173	-
Saldo em 31 de Dezembro	2 173	-

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade.

O Montepio Investimento reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual o Montepio Investimento tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2013 é a seguinte:

	Inferior a três meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Unidades de participação					
Nacionais	-	-	-	77 902	77 902
Estrangeiras	-	-	-	11 724	11 724
	-	-	-	89 626	89 626

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:

	Inferior a três meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
<b>Títulos de rendimento variável</b>					
Unidades de participação					
Nacionais	-	-	-	42 501	42 501
	-	-	-	42 501	42 501

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de Euros)

	2013			2012		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
<b>Títulos de rendimento variável</b>						
Unidades de participação						
Nacionais	40 319	37 583	77 902	42 501	-	42 501
Estrangeiros	-	11 724	11 724	-	-	-
	40 319	49 307	89 626	42 501	-	42 501

## 16 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Locação financeira	78 384	96 169
A particulares		
Locação financeira	17 816	22 590
	<u>96 200</u>	<u>118 759</u>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Menos de 90 dias	1 313	351
Mais de 90 dias	14 432	12 605
	<u>15 745</u>	<u>12 956</u>
	<u>111 945</u>	<u>131 715</u>
Imparidade para riscos de crédito	( 15 178)	( 13 909)
	<u>96 767</u>	<u>117 806</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o Montepio Investimento passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 27.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	(milhares de Euros)				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Crédito em locação	-	8 044	88 156	15 745	111 945
	<u>-</u>	<u>8 044</u>	<u>88 156</u>	<u>15 745</u>	<u>111 945</u>

*Handwritten signature and initials:*  
A blue checkmark-like symbol, followed by the initials "yt" and a stylized signature "lu".





A análise do Crédito e juros vencidos, por tipo de crédito, é a seguinte:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Empresas		
Crédito em locação	12 520	11 204
Particulares		
Crédito em locação	3 225	1 752
	<u>15 745</u>	<u>12 956</u>

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Empresas		
Investimento	12 520	11 204
Particulares		
Habitação	1 723	862
Consumo	304	298
Outras finalidades	1 198	592
	<u>15 745</u>	<u>12 956</u>

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	13 909	9 793
Dotação do exercício	6 286	9 794
Reversão do exercício	( 4 975)	( 5 654)
Utilização de imparidade	( 42)	( 24)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>15 178</u>	<u>13 909</u>

O Montepio Investimento apresenta em 31 de Dezembro de 2013, Euros 855.000 de provisões para riscos gerais de crédito (2012: Euros 1.090.000), as quais de acordo com as NCAs são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 22.

Em conformidade com a política do Montepio Investimento, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2013:

(milhares de Euros)

	Classes de incumprimento					Total
	Até 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	Mais de 3 anos	
Crédito vencido com garantia	1 313	258	1 701	6 389	6 084	15 745
Imparidade existente	2	32	428	4 892	6 691	12 045
Total de crédito vencido	1 313	258	1 701	6 389	6 084	15 745
Total de imparidade para crédito vencido	2	32	428	4 892	6 691	12 045
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	0	57	252	2 151	673	3 133
Total de imparidades para risco de crédito	2	89	680	7 043	7 364	15 178

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2012:

(milhares de Euros)

	Classes de incumprimento					Total
	Até 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	Mais de 3 anos	
Crédito vencido com garantia	351	353	1 105	5 609	5 538	12 956
Imparidade existente	9	123	477	2 262	2 909	5 780
Total de crédito vencido	351	353	1 105	5 609	5 538	12 956
Total de imparidade para crédito vencido	9	123	477	2 262	2 909	5 780
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	1 140	1 656	2 567	2 648	118	8 129
Total de imparidades para risco de crédito	1 149	1 779	3 044	4 910	3 027	13 909

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	2013	2012
Crédito com garantias reais	15 178	13 909
	15 178	13 909

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	2013	2012
Crédito com garantias reais	42	24
	42	24



Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a nota 1 b), é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

		2013					
		Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total	
		Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas		31 211	1 879	59 693	7 600	90 904	81 425
Crédito a particulares		-	-	21 041	2 237	21 041	18 804
		31 211	1 879	80 734	9 837	111 945	100 229

(milhares de Euros)

		2012					
		Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfólio</i>		Total	
		Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas		21 446	1 070	85 927	11 640	107 373	94 663
Crédito a particulares		-	-	24 342	2 289	24 342	22 053
		21 446	1 070	110 269	13 929	131 715	116 716

## 17 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	2013	2012
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	20 317	21 301
Equipamento	675	880
	20 992	22 181
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	( 3 280)	( 4 046)
	17 712	18 135

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Montepio Investimento; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

De acordo com a expectativa do Montepio Investimento, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 2.410.000 (2012: Euros 4.004.000).

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda no exercício de 2013, são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	22 181	21 035
Aquisições	3 248	7 392
Alienações	( 4 437)	( 5 853)
Outros movimentos	-	( 393)
Saldo em 31 de Dezembro	20 992	22 181

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	4 046	9 136
Dotação do exercício	1 063	3 317
Reversão do exercício	( 1 829)	( 8 407)
Saldo em 31 de Dezembro	3 280	4 046

## 18 Impostos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 podem ser analisados como seguem:

	(milhares de Euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Instrumentos financeiros	1 639	428	-	-	1 639	428
Provisões	4 902	4 349	-	-	4 902	4 349
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	6 541	4 777	-	-	6 541	4 777

O Montepio Investimento avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos em balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Saldo inicial	4 777	5 119
Reconhecido em resultados	553	( 770)
Reconhecidos em reservas de justo valor	1 211	428
Saldo final (Activo / (Passivo))	6 541	4 777

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 31 de Dezembro de 2012 teve as seguintes origens:

	(milhares de Euros)			
	2013		2012	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas e resultados transitados	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas e resultados transitados
Instrumentos financeiros	-	1 211	-	428
Outros activos tangíveis	-	-	( 1 852)	-
Provisões	553	-	1 082	-
Imposto diferido reconhecido proveito/ (custo)	553	1 211	( 770)	428
Imposto corrente reconhecido proveito/ (custo)	( 1 534)	-	( 418)	-
	( 981)	1 211	( 1 188)	428

O reconhecimento dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos com impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente; (i) o impacto do reconhecimento das diferenças temporárias apuradas em exercícios anteriores e que, de acordo com a legislação aplicável, serão utilizadas em períodos posteriores; (ii) os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda ser reconhecida em capitais próprios.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, o Montepio Investimento possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes, sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto. A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	2013		2012	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		( 3 976)		9 263
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Bancário		( 24)		387
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		( 4 000)		9 650
Taxa de imposto	25,0		25,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		994		2 316
Custos não dedutíveis	( 4,9)	( 194)	1,1	105
Receitas isentas de imposto	-	-	( 4,8)	( 467)
Prejuízo fiscal utilizado	-	-	( 8,4)	( 807)
Tributação autónomas e outros impactos	( 0,1)	( 4)	0,4	41
Alteração de taxa	4,6	185		
Imposto do período	24,5	981	12,3	1 188

O Montepio Investimento reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros. Na presente data não existem impostos diferidos não reconhecidos.

## 19 Outros activos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)	
2013	2012
Outros devedores	1 461
Contas diversas	3 956
	5 417
Imparidade para outros activos	( 1 054)
	4 363

*[Handwritten signatures and initials]*

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	393	-
Dotação do exercício	661	393
Saldo em 31 de Dezembro	1 054	393

## 20 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)					
	2013			2012		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Recursos de instituições de crédito no país	-	410	410	-	-	-
	-	410	410	-	-	-

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Indeterminado	410	-
	410	-

## 21 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Papel comercial	50 424	25 060
	<u>50 424</u>	<u>25 060</u>

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentado na nota 27.

A duração residual da rubrica Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Até 6 meses	50 424	25 060
	<u>50 424</u>	<u>25 060</u>

O movimento ocorrido durante o exercício de 2013 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	(milhares de Euros)					
	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos <sup>(a)</sup>	Saldo em 31 de Dezembro
Papel comercial	25 060	55 000	( 30 000)	-	364	50 424
	25 060	55 000	( 30 000)	-	364	50 424

<sup>(a)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor.

*hig-t*  
*w*



O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos <sup>(1)</sup>	Saldo em 31 de Dezembro
Papel comercial	-	75 000	( 50 000)	-	60	25 060
	-	75 000	( 50 000)	-	60	25 060

<sup>(1)</sup> Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

(milhares de euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço
Papel Comercial Finibanco SA 4ª Emissão	Ago.2013	Fev.2014	Euribor 6 meses reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 4,0%	20 338
Papel Comercial Finibanco SA 5ª Emissão	Nov.2013	Mai.2014	Euribor 6 meses reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 4,0%	7 040
Papel Comercial Finibanco SA 6ª Emissão	Dez.2013	Jun.2014	Euribor 6 meses reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 4,0%	5 018
Papel Comercial Finibanco SA 7ª Emissão	Dez.2013	Jun.2014	Euribor 6 meses reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 4,0%	18 028
				50 424

Em 31 de Dezembro de 2013, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 4,32% e 4,39% (2012: 3,34%).

## 22 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	2013	2012
Provisões para riscos gerais de crédito	855	1 090
Provisões para outros riscos e encargos	586	-
	1 441	1 090

*W*  
*W*  
*W*

Os movimentos das provisões para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	1 090	1 331
Dotação do exercício	124	125
Reversão do exercício	( 359)	( 366)
Saldo em 31 de Dezembro	855	1 090

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99 de 15 de Janeiro, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

Os movimentos das provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	-	1 900
Dotação do exercício	586	-
Reversão do exercício	-	( 1 900)
Saldo em 31 de Dezembro	586	-

Foram constituídas em 2011, provisões para outros riscos e encargos no valor de Euros 1.900.000, tendo como base a probabilidade de ocorrência de contingências relacionadas com riscos inerentes à venda efectuada em 2009 à Mapfre Seguros Gerais, S.A., de 50% da participada Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.

Em 2012, as contingências referidas anteriormente deixaram de se veridicar em resultado de ter sido efectuada a recompra dos 50% da Finibanco Vida – Companhia Seguros de Vida, S.A. alienados anteriormente à Mapfre Seguros, S.A. pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, na sequência de um acordo estabelecido entre as partes.

## 23 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Credores		
Fornecedores	134	92
Outros credores	11 429	3 382
Sector Público administrativo	478	463
Outros custos a pagar	62	198
Contas diversas	-	2
	<u>12 103</u>	<u>4 137</u>

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Outros Credores inclui o valor de Euros 3.607.000 (31 de Dezembro de 2012: Euros 2.259.000) de dívidas a liquidar à CEMG.

Ainda a 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Outros Credores inclui o valor de Euros 1.465.000 relativo a sinais recebidos por conta da venda de Activos não correntes detidos para venda efectuada ao fundo Montepio Arrendamento II – Fundo de Arrendamento Imobiliário para Arrendamento Habitacional.

## 24 Capital

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital subscrito do Montepio Investimento ascende a Euros 180.000.000 e encontra-se integralmente realizado, sendo formado por 180.000.000 acções de valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2013, o Montepio Holding detém 100% das acções representativas do capital social do Montepio Investimento.

## 25 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa o Montepio Investimento deverá reforçar anualmente a Reserva Legal com pelo menos 10% dos lucros anuais até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva, ser distribuída.

A variação da reserva legal é analisada na nota 26.

*lm*  
*sh* *ig* *4*



## 26 Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto	( 5 555)	( 1 474)
Imposto	1 639	428
Outros	1	1
	<u>( 3 915)</u>	<u>( 1 045)</u>
<b>Outras reservas e resultados transitados</b>		
Reserva legal	8 614	7 807
Outras reservas	24 599	24 599
Resultados transitados	( 47 301)	( 54 569)
	<u>( 14 088)</u>	<u>( 22 163)</u>

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a nota 1 c).

A movimentação da reserva de justo valor em activos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2013 é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)					
	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
<b>Títulos de rendimento variável</b>						
Unidades de participação	( 1 474)	( 741)	( 5 513)	-	2 173	( 5 555)
	<u>( 1 474)</u>	<u>( 741)</u>	<u>( 5 513)</u>	<u>-</u>	<u>2 173</u>	<u>( 5 555)</u>

A movimentação da reserva de justo valor em activos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2012 é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
<b>Títulos de rendimento variável</b>						
Unidades de participação	( 66)	( 1 408)	-	-	-	( 1 474)
	<u>( 66)</u>	<u>( 1 408)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>( 1 474)</u>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de Euros)

	2013	2012
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	97 354	43 975
Imparidade acumulada reconhecida	( 2 173)	-
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	95 181	43 975
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	89 626	42 501
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	<u>( 5 555)</u>	<u>( 1 474)</u>

## 27 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Montepio Investimento.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Montepio Investimento.

Os Activos e Passivos ao justo valor do Montepio Investimento são valorizados, de acordo com a nota 1 c). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 13, os activos e passivos financeiros ao justo valor são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Os activos e passivos financeiros ao justo valor encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos, como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standard* (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento





- *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Montepio Investimento para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2013.

- *Crédito a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Responsabilidades representadas por títulos*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Montepio Investimento contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

(milhares de Euros)

2013				
Custo amortizado	Disponíveis para venda	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
<b>Activos Financeiros</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	6 409	6 409	6 409
Crédito a clientes	96 767	-	96 767	100 229
Activos financeiros disponíveis para venda	-	89 626	89 626	89 626
	<u>96 767</u>	<u>6 409</u>	<u>192 802</u>	<u>196 264</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
Responsabilidades representadas por títulos	-	50 424	50 424	50 497
	<u>-</u>	<u>50 424</u>	<u>50 424</u>	<u>50 497</u>

(milhares de Euros)

2012				
Custo amortizado	Disponíveis para venda	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
<b>Activos Financeiros</b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	11 749	11 749	11 749
Crédito a clientes	117 806	-	117 806	116 716
Activos financeiros disponíveis para venda	-	42 501	42 501	42 501
	<u>117 806</u>	<u>11 749</u>	<u>172 056</u>	<u>170 966</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
Responsabilidades representadas por títulos	-	25 060	25 060	25 060
	<u>-</u>	<u>25 060</u>	<u>25 060</u>	<u>25 060</u>

## 28 Transacções com partes relacionadas

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Montepio Investimento, é apresentado como segue:

Caixa Económica Montepio Geral	Fundação Montepio Geral
Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	Montepio Mediação-Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	MG Investimentos Imobiliários, S.A.
Montepio Arrendamento - FILAH	Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.
Finibanco Angola, S.A.	Lestinvest, SGPS
Montepio Valor - Sociedade gestora de fundos de investimento	Sociedade Portuguesa de Administrações
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Leacock, Lda.
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	Sagies, S.A.
Iberpartners Cafés - S.G.P.S., S.A.	Bem Comum, Sociedade Capital Risco, S.A.
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	N Seguros, S.A.
Finibanco Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	NEBRA, Energias Renovables, SL
Nutre S.A.	Nova Câmbios, S.A.
Fundo de Pensões Finibanco - Gerido pela Futuro	Silvip, S.A.
Fundo de Pensões CEMG - Gerido pela Futuro	Portugal Estates Fund (PEF) - FIIF
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.	Caixa Económica Montepio Geral
Montepio Arrendamento II - FILAH	Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Montepio Arrendamento III - FILAH	Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Montepio Geral - Associação Mutualista	

À data de 31 de Dezembro de 2013, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Investimento sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em IC's, Outros activos, Responsabilidades representadas por títulos, Recursos de outras IC's e Outros passivos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	2013				
	Disponibilidades em IC's	Outros activos	Reponsabilidades representadas por títulos	Recursos de outras IC's	Outros passivos
Caixa Económica Montepio Geral	6 409	-	50 424	410	4 284
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	-	383	-	-	-
Montepio Arrendamento II	-	2 410	-	-	-
	6 409	2 793	50 424	410	4 284

À data de 31 de Dezembro de 2012, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Investimento sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em IC's e Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	2012		
	Disponibilidades em IC's	Responsabilidades representadas por títulos	Outros passivos
Caixa Económica Montepio Geral	11 749	25 060	2 420
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	-	-	337
	<u>11 749</u>	<u>25 060</u>	<u>2 757</u>

À data de 31 de Dezembro de 2013, os proveitos e custos do Montepio Investimento sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Encargos com serviços e comissões, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresa	2013		
	Juros e encargos similares	Juros e rendimentos similares	Encargos com serviços e comissões
Caixa Económica Montepio Geral	890	7	2
	<u>890</u>	<u>7</u>	<u>2</u>

À data de 31 de Dezembro de 2012, os proveitos e custos do Montepio Investimento sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares e Juros e rendimentos similares, são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresa	2012	
	Juros e encargos similares	Juros e rendimentos similares
Caixa Económica Montepio Geral	2 512	3 769
	<u>2 512</u>	<u>3 769</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 8.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os documentos de prestação de contas podem ser consultados, na sede social, Rua Júlio Dinis, n.º 157, no Porto.



## 29 Gestão de riscos

O Montepio Investimento está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco do Montepio Investimento visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Montepio Investimento a CEMG.

A Direcção de Risco (“DRI”) da CEMG assegura a análise e controlo dos riscos de um modo integrado, do Grupo CEMG, através de três departamentos:

- Departamento de Modelização de Riscos: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como pelo apuramento do nível de imparidade da carteira de crédito;
- Departamento de Riscos Globais: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Riscos de Negócio: responsável pela função de gestão dos riscos de crédito e operacional.

A DRI assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais do Grupo CEMG.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação.

Adicionalmente, a Direcção de Análise de Crédito da CEMG assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares, assim como a atribuição de limites de exposição e *ratings* internos no segmento de empresas do Grupo CEMG.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (“ICAAP”) e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 5/2011 de 15 de Março do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Foi igualmente assegurada a participação nos trabalhos do Programa Especial de Inspeções, no âmbito do *Memorandum* assinado entre o Estado Português e o Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

Este programa incidia sobre três áreas de trabalho – apuramento da imparidade do crédito, cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e procedimentos de *stresstesting*. Os resultados obtidos foram muito satisfatórios, confirmando-se a adequação dos processos adoptados pelo Grupo CEMG.

O Grupo CEMG tem também acompanhado as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises frequentes do respectivo impacto. O Grupo CEMG participa regularmente nos Estudos de Impacto Quantitativo (“QIS”) de Basileia III, bem como nos estudos de impacto da CRR/ CRD IV desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (“EBA”). Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009 estão agora formalizados na directiva da UE designada por CRR e CRD IV, tendo-se já iniciado a sua transposição para a legislação nacional de acordo com o Aviso n.º 6/2013 do Banco de Portugal, de forma que o primeiro reporte oficial de acordo com as novas regras seja realizado em Março 2014.

### ***Principais Tipos de Risco***

**Crédito** – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

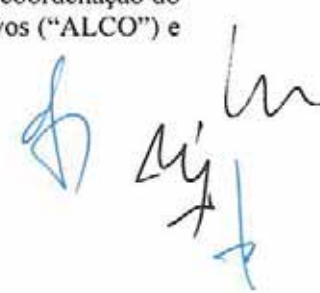
**Mercado** – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

**Liquidez** – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Grupo cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

**Operacional** – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

### ***Organização Interna***

O Conselho de Administração Executivo da CEMG, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DRI, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos (“ALCO”) e do Comité de Informática, ao nível do Grupo CEMG.





A Direcção de Auditoria e Inspeção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração Executivo, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração Executivo as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais do Grupo CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração Executivo assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspeção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

### *Avaliação de riscos*

#### *Risco de Crédito - Retalho*

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual ("ENI's") e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.





Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Montepio Investimento ao risco de crédito:

	(milhares de Euros)	
	2013	2012
Crédito a clientes	96 767	117 806
Outros activos	4 363	184
	<u>101 130</u>	<u>117 990</u>

A repartição por sectores de actividade, para o exercício findo em 2013, encontra-se apresentada como segue:

	(milhares de Euros)			
	2013			
Sector de actividade	Crédito a clientes		Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Imparidade <sup>(*)</sup>	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, silvicultura e pesca	553	31	-	-
Indústrias extractivas	1 679	49	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	2 554	135	-	-
Têxteis e vestuário	2 258	659	-	-
Curtes e calçado	249	72	-	-
Madeira e cortiça	609	58	-	-
Papel e indústrias gráficas	2 627	426	-	-
Produtos químicos e de borracha	2 566	346	-	-
Produtos minerais não metálicos	937	382	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	5 521	1 011	-	-
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos eléctricos	706	36	-	-
Fabricação de material de transporte	536	129	-	-
Outras indústrias transformadoras	2 937	248	-	-
Electricidade, gás e água	5	5	-	-
Construção e obras públicas	8 853	2 613	-	-
Comércio por grosso e a retalho	19 020	2 826	-	-
Turismo	3 593	496	-	-
Transportes	1 495	662	-	-
Actividades de informação e comunicação	494	91	-	-
Actividades financeiras	126	15	91 799	2 173
Actividades imobiliárias	16 946	1 159	-	-
Serviços prestados às empresas	4 697	876	-	-
Administração e serviços públicos	1 754	18	-	-
Outras actividades de serviços colectivos	11 014	495	-	-
Crédito à habitação	12 567	1 392	-	-
Outros	7 649	1 793	-	-
<b>Total</b>	<b>111 945</b>	<b>16 033</b>	<b>91 799</b>	<b>2 173</b>

<sup>(\*)</sup> inclui a provisão para imparidade no montante de Euros 15 178 000 (ver nota 16) e a provisão para riscos gerais de crédito no montante de Euros 955 000 (ver nota 22).

A repartição por sectores de actividade, para o exercício findo em 2012, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Sector de actividade	2012			
	Crédito a clientes		Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Imparidade <sup>14</sup>	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, silvicultura e pesca	866	20	-	-
Indústrias extractivas	1 721	66	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	3 017	123	-	-
Têxtil e vestuário	2 601	379	-	-
Curtes e calçado	295	61	-	-
Madeira e cortiça	916	28	-	-
Papel e indústrias gráficas	2 901	396	-	-
Produtos químicos e de borracha	3 004	588	-	-
Produtos minerais não metálicos	1 485	443	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	7 081	832	-	-
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos eléctricos	1 535	46	-	-
Fabricação de material de transporte	463	98	-	-
Outras indústrias transformadoras	3 093	730	-	-
Electricidade, gás e água	5	5	-	-
Construção e obras públicas	10 868	2 111	-	-
Comércio por grosso e a retalho	22 662	2 385	-	-
Turismo	4 335	386	-	-
Transportes	2 513	413	-	-
Actividades de informação e comunicação	716	12	-	-
Actividades financeiras	292	7	42 501	-
Actividades imobiliárias	18 991	1 447	-	-
Serviços prestados às empresas	5 832	762	-	-
Administração e serviços públicos	2 212	30	-	-
Outras actividades de serviços colectivos	12 273	1 411	-	-
Crédito à habitação	13 333	567	-	-
Outros	8 705	1 651	-	-
<b>Total</b>	<b>131 715</b>	<b>14 999</b>	<b>42 501</b>	<b>-</b>

<sup>14</sup> Inclui a provisão para imparidade no montante de 13 999 milhares de euros (ver nota 16) e a provisão para riscos gerais de crédito no montante de 1 000 milhares de euros (ver nota 22).

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros mantém a sua posição predominantemente em unidades de participação em fundos de investimento.

#### Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos ("ALCO"), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* ("VaR"). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*.

O Grupo CEMG calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005 de 15 de Junho, do Banco de Portugal, o Grupo CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* ("BIS") classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

#### *Risco de Liquidez*

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009 de 15 de Setembro).

#### *Risco Operacional*

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

#### *Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade*

Em termos prudenciais, o Montepio Investimento está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.



Os Fundos próprios do Montepio Investimento dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base ("FPB"): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, ou pela totalidade se negativos, os interesses minoritários e outros instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *goodwill* apurado, activos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite correspondente a 10% do máximo entre as referidas responsabilidades e o activo do fundo de pensões, bem como a parte das reservas e resultados por impostos diferidos não associadas a elementos negativos dos fundos próprios de base. São também deduzidos em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras. E também um elemento negativo o valor dos depósitos com remuneração excessiva definidos de acordo com a Instrução n.º 28/2011. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e das participações em entidades seguradoras.
- Fundos Próprios Complementares ("FPC"): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível, reservas provenientes da reavaliação do activo imobilizado e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e das participações em entidades seguradoras.
- Aos Fundos Próprios totais é deduzido o valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 anos, calculado segundo um critério de progressividade que conduza a que ao fim de 9 ou 12 anos em carteira (conforme a data de arrematamento) o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008 de 18 de Outubro, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade, representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios. O Aviso n.º 3/2011 de 18 de Maio do Banco de Portugal determina que o rácio *core tier1*, em base consolidada, deve ser não inferior a 10%.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Montepio Investimento para 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresenta-se como segue:

	(milhares de Euros)	
	Dez 2013	Dez 2012
<b>Fundos Próprios Core Tier 1</b>		
Capital realizado	180 000	180 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	( 14 088)	( 22 163)
Outros ajustamentos regulamentares	( 10 554)	( 1 474)
	<u>155 358</u>	<u>156 363</u>
<b>Fundos Próprios Complementares</b>		
Upper Tier 2	20	1
	<u>20</u>	<u>1</u>
Deduções aos fundos próprios totais	( 3 629)	( 3 656)
Fundos próprios totais	<u>151 749</u>	<u>152 708</u>
<b>Requisitos de Fundos Próprios</b>		
Risco de crédito	19 188	15 674
Risco operacional	819	761
	<u>20 007</u>	<u>16 435</u>
<b>Rácios Prudenciais</b>		
Rácio Core Tier 1	62,12%	76,11%
Rácio Tier 1	62,12%	76,11%
Rácio de Solvabilidade	60,68%	74,33%

*Handwritten signature/initials in blue ink.*



## 30 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

### Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

#### *IAS 19 (Alterada) – Benefícios dos empregados*

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 – Benefícios dos empregados”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

Como resultado da IAS 19 (2011), o Grupo alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido. Ao abrigo da IAS 19 (2011), o Grupo determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (activo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (activo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (activo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos activos do plano; e (iii) O juro do efeito do teto (*ceiling*) do activo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Montepio Investimento.

#### *Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras*

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, o Montepio Investimento modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

#### *IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre activos e passivos financeiros*

O IASB emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

O Montepio Investimento não teve impacto na adopção destas alterações.



### *Melhoramentos às IFRS (2009–2011)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009–2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adoptados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

#### IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

#### IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

#### IAS 32 – Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

#### IAS 34 – Reporte Financeiro Intercalar

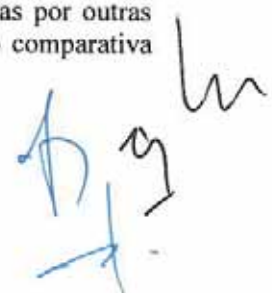
As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos activos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efectuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Montepio Investimento não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

### *IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor*

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, o Montepio Investimento adoptou a nova definição de justo valor, tal como consta na nota 1a), prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos activos e passivos do Montepio Investimento, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exacta medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, o Montepio Investimento proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.



*IFRIC 20 – Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto*

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 – Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações do Montepio Investimento, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

O Montepio Investimento decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

*IAS 32 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros*

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O Montepio Investimento não espera impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adoptada encontra-se em linha com a orientação emitida.

*IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Separadas*

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.



Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

O Montepio Investimento não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### *IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas*

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as actividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre activos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O Montepio Investimento está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

#### *IFRS 11 – Acordos Conjuntos*

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).



O Montepio Investimento está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

*IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos*

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O Montepio Investimento não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades*

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Montepio Investimento está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adopção das IFRS 10 e IFRS 11.

*Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)*

As alterações efectuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objectivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adopção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 20 de Novembro.

O Montepio Investimento está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

#### *IAS 36 (Alterada) – Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros*

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos activos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a activos com imparidade.

#### *IAS 39 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura*

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

#### Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Montepio Investimento

##### *IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados*

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.



#### *IFRIC 21 – Taxas*

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras do Montepio Investimento.

#### *Melhoramentos às IFRS (2010-2012)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

#### *IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)*

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

#### *IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais*

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

#### *IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa*

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

#### *IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo*

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.



*IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada*

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

*IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão*

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

*Melhoramentos às IFRS (2011-2013)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

*IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”*

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

*IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

*IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios*

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

*IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio*

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

*IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)*

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projecto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes activos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efectiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

O Montepio Investimento iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respectiva avaliação. Dada a natureza das actividades do Montepio Investimento, é possível que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Montepio Investimento.

## 31 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.







KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

*lps*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Montepio Investimento, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 221.418 milhares de euros e um total de capital próprio de 157.040 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.957 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

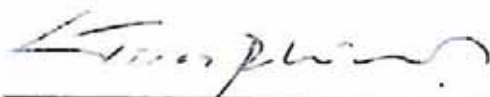
### **Opinião**

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Montepio Investimento, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 8 de Abril de 2014



**KPMG & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**

representada por

Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

Excelentíssimos Senhores Accionistas do

Montepio Investimento, S.A.:

## 1 - INTRODUÇÃO

- 1.1 O Montepio Investimento, S.A. resultou de ter sido alterada a denominação social do Finibanco, S.A., o que ocorreu em 12 de Julho de 2013, como consta da nota introdutória do Relatório de Gestão.
- 1.2 Feita esta alusão, compete-nos, em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, elaborar e submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2013, bem como sobre a aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração e ainda emitir a nossa apreciação sobre o desempenho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

## 2. - RELATÓRIO

- 2.1 O Conselho Fiscal reuniu com regularidade, pelo menos mensalmente, e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com membros do Conselho de Administração da Sociedade e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.
- 2.2 Periodicamente foram-nos disponibilizados Mapas Financeiros, através dos quais foi possível tomar conhecimento das variações patrimoniais ocorridas.
- 2.3 No desempenho do seu cargo, o Conselho Fiscal procedeu, também, às verificações que por lei lhe estão cometidas, não lhe tendo sido criados quaisquer constrangimentos, o que realça com satisfação.
- 2.4 De igual modo, este órgão acompanhou a actividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que avalia muito positivamente, tendo, desta forma, obtido elementos úteis ao desenvolvimento das suas funções de fiscalização.





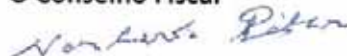
- 2.5 O Conselho Fiscal elaborou, ainda, o parecer previsto no Aviso nº 5 de 2008 do Banco de Portugal, acerca do Sistema de Controlo Interno, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com o Conselho de Administração e com os diversos serviços do Banco.
- 2.6 O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas e sem ênfases, tendo também apreciado a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório do Conselho de Administração.

### 3 - PARECER

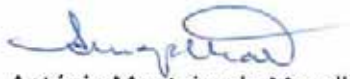
- 3.1 Face ao que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que os citados documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação de resultados merecem ser aprovados.
- 3.2 Que devem proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tirem as conclusões referidas no nº 2 do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 07 de Abril de 2014

#### O Conselho Fiscal



Presidente                      Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Pilar

Vogal efectivo                        
António Monteiro de Magalhães

Vogal efectivo                        
Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

## **13. Anexos**

### **Participações dos Membros dos Órgãos de Administração**

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informa-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações do Montepio Investimento, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, nem efetuaram qualquer movimento durante o período em causa.

### **Lista de Titulares de Participações Qualificadas**

Nos termos do Regulamento n.º 5/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31.12.2013, a totalidade do capital social do Montepio Investimento, S.A. estava na posse do Montepio Holding, SGPS S.A..

Por sua vez, o Acionista que, em 31.12.2013, detinha a totalidade do capital social do Montepio Holding, SGPS S.A. era a Caixa Económica Montepio Geral.

### **Ações Próprias Detidas em 31.12.2013**

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31.12.2013, o Montepio Investimento, S.A. não detinha ações próprias nem fez qualquer movimento durante o período em análise.